

MEDIAÇÃO CULTURAL:

além dos procedimentos

Edmir Perrotti¹

A mediação cultural vem sendo objeto das mais variadas iniciativas, tanto no campo acadêmico, como no social amplo. Cursos, colóquios científicos, grupos e linhas de pesquisa, publicações vêm se estruturando em torno da questão, assim como serviços e práticas diversas envolvendo aspectos e manifestações muitas vezes bastante heterogêneas.

Tal diversidade, longe de constituir um problema em si, apresenta, contudo, dificuldades, nem sempre fáceis de serem compreendidas. Por tal razão, refletir sobre a noção torna-se um exercício necessário, já que ela se apresenta como categoria não só cada vez mais presente no país e no mundo, como promissora à análise de questões culturais próprias da contemporaneidade, embora não exclusivamente dela.

Os trabalhos aqui reunidos, pelo professor Diego A. Salcedo, nascem de uma experiência pioneira, realizada em 2012: um curso de especialização (pós-graduação *lato sensu*) em “Mediação cultural”, oferecido pelo Departamento de Ciência da Informação (DCI) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e que tive a satisfação de acompanhar,

¹ Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professor aposentado da USP. Tem experiência na área de Ciência da Informação atuando, principalmente, nos seguintes temas: leitura, educação, infoeducação, biblioteca, educação e cultura e apropriação de informação.

desde sua proposta inicial até sua realização, na qualidade de docente convidado. O curso teve como Coordenador o Prof. Lourival Pereira Pinto e como Vice-Coordenadora a Profa. Celly de Brito Lima, além de contar com os serviços administrativos de Tereza de Fátima C. de Brito, todos vinculados ao DCI da UFPE. Tal como vem ocorrendo em outros países, onde formações sobre a questão são oferecidas, a de Recife também reuniu interessados procedentes de múltiplas áreas acadêmicas e profissionais: biblioteconomia, artes, comunicações, letras, museologia, dentre outras.

A reunião de interessados de proveniências tão distintas ofereceu um momento excepcionalmente rico para se refletir sobre inúmeros aspectos encerrados na noção de mediação cultural. A diversidade punha a formulação permanentemente à prova, já que nem sempre é fácil abstrair questões particulares e identificar elementos comuns entre, por exemplo, práticas culturais como uma festa de carnaval e um ato de leitura em uma biblioteca universitária. O teatro de mamulengo poderia ser aproximado dos museus virtuais? E de práticas de “cinema na escola”? É possível partir de uma noção englobante de mediação cultural, sem que esta perca seu potencial heurístico, ou, então, reduza práticas tão distintas, quanto especiais? Qual, portanto, a extensão e o limite do termo?

Nesse sentido, deve-se notar que a criação e desenvolvimento do curso, na UFPE, foi iniciativa corajosa e desafiadora, em diferentes sentidos, mas especialmente do ponto de vista epistemológico. Afinal, definir mediação cultural é uma tarefa que se encontra ainda em processo e não podemos afirmar que, apesar de avanços significativos, já se trata de uma noção dotada de estabilidade, referindo-se a realidades e/ou fenômenos tomados num mesmo e preciso sentido. Todavia, em que pese tal dificuldade - e daí um dos grandes méritos do curso - os trabalhos aqui reunidos

apontam para problemáticas que, atentamente consideradas, remetem e interrogam um mesmo e especial objeto: o fazer de sujeitos e/ou instituições que se interpõem entre a criação e a recepção cultural.

Desse modo, fornecer elementos para que se possa avançar na compreensão e na definição da mediação cultural é um mérito especial do curso da UFPE e dos trabalhos dele resultantes e aqui apresentados. Afinal, nossas relações com o conhecimento e a cultura passam por um momento excepcionalmente crítico e demandam novos e urgentes olhares sobre fenômenos como os culturais que afetam e produzem mudanças estruturais na vida social, da mesma forma que são por elas afetadas.

Ainda que os trabalhos aqui apresentados tenham como foco a *praxis* cultural e relatem experiências concretas, as análises e as referências oferecidas de forma sistematizada no final de cada artigo constituem material enriquecedor para quem vem refletindo e participando do esforço de definição da mediação cultural. Assim, mesmo que não seja esse o propósito inicial, mesmo se os autores amparam-se, mais que discutam a bibliografia especializada a que se referem, ainda assim temos diante de nós um diálogo vivo com diferentes estudos que vêm sendo desenvolvidos no sentido de definição da mediação cultural como categoria teórico-metodológica. Desse modo, temos diante de nós um *corpus* multifacetado e rico de intervenções na cultura que procura dialogar com o que há de mais recente na área, sem deixar de considerar evidentemente contribuições datadas de épocas mais distantes, mas que continuam enriquecendo reflexões e práticas atuais, como é o caso, por exemplo, de Paulo Freire.

Tal consideração não é sem razão ou meramente fortuita. Circunscritos à região em que foram produzidos e remetendo a ela, fica claro que, mesmo se alteradas e ganhando novos contornos, as relações entre cultura e poder, cultura e

instituições culturais, cultura e práticas culturais continuam, aí - como de resto no país e no mundo -, problemáticas, exigindo das instâncias de mediação e dos mediadores posicionamentos claros face a questões, por exemplo, como mercado, estado, tecnologia, cultura digital e tantas outras. Nesse sentido, os trabalhos expostos permitem ao leitor vislumbrar tanto um movimento de resgate, como de imersão em reflexões atuais, que vêm ganhando volume e contribuindo para a necessária definição da mediação cultural, pois como lembra Jeanneret, um dos estudiosos da questão, a contemporaneidade vem desenvolvendo um discurso que remeteria para a utopia de um mundo sem mediações, ou seja, de relações diretas entre sujeitos e destes com o mundo físico e social, via tecnologias de informação. Nada mais falacioso que tal argumento num mundo de *mediatização* crescente, conclui o pesquisador francês.

Importante identificar, portanto, motivações históricas gerais e científicas especiais que permitem a emergência e o desenvolvimento de uma noção como a de mediação cultural que, apesar de compartilhar o mesmo campo semântico de outras como *difusão, ação, animação, promoção* cultural, delas se distingue, ao remeter para um *locus*, constituindo-se como categoria topológica, interposta entre as esferas da produção e da recepção dos signos.

Partindo-se de tal percepção, pode-se notar que está em causa a criação de um território que convive, articula-se, conecta-se, mas se distingue dos demais (os da produção e da recepção) que constituem o campo cultural amplo. Em sendo assim, ao afirmar e afirmar-se por sua territorialidade, a mediação implicitamente reivindica e marca um lugar especial, uma posição própria e singular, uma centralidade que em modelos históricos e epistemológicos tradicionais era negada aos “passadores”, relegados sempre a uma posição secundária nos quadros das hierarquizações culturais. Em

outras palavras, tradicionalmente, os dispositivos de mediação cultural - e seus agentes - foram, com frequência, reduzidos a meros centros distribuidores de informação e cultura, canais de acesso ao conhecimento.

Sob a nova perspectiva, não só distribuem ou permitem acesso. Reivindicam e afirmam-se como núcleos produtores de sentidos, com seus processos específicos, linguagens, tecnologias, procedimentos. Um museu de arte, por exemplo, não se define mais apenas como um local de intermediação estética; suas exposições, a seleção de suas coleções, sua programação, seus processos gerais atuam na cultura construindo significados decorrentes do ato de mediação e não apenas dos produtos que veiculam. Da mesma forma, conforme mostrou Chartier, os impressores sempre foram decisivos na agregação de sentidos aos textos que deram forma. A tal ponto que a leitura de um manuscrito não pode nunca ser feita do mesmo modo que a de um texto impresso industrialmente. Quem conta um conto, aumenta um ponto, voluntária ou involuntariamente!

Em resumo, a mediação, ao afirmar um *locus*, desloca e amplia também o sentido do termo, definindo-o como ato especial, singular e autônomo de criação e de protagonização cultural. Nesse sentido, a mediação cultural não se define apenas como um conjunto de procedimentos destinados a aproximar o público dos produtos culturais. É, antes, atuação, tomada de posição em território marcado por posições distintas e nem sempre concordantes. Como sabemos, assim como outros territórios, os culturais são palco de disputas, de confrontos, “de lutas pela significação”. É, pois, em ambiente histórico como o nosso, marcado por embates acirrados, não só por bens materiais, mas também simbólicos, que a mediação emerge como um território possível e necessário de *negociação*, conforme o caracterizou A. L. Oliveira, em tese de doutoramento, na ECA/USP. Em

certo sentido, temos aí um espaço político, um *ágora* contemporâneo, indispensável à constituição e sobrevivência da *polis* em todas as suas dimensões e a de seus cidadãos.

Do ponto de vista epistemológico, portanto, a noção de mediação cultural emerge num momento em que a de difusão cultural dá mostras claras de esgotamento. Ancorada na ideia de transmissão como um valor em si, a difusão cultural acabou fechando-se num difusionismo ou transmissivismo inoperante, ao deixar de considerar - ou considerando só residualmente - demandas específicas e complexas dos processos de recepção e apropriação dos signos. Segundo suas premissas, basta disponibilizar informações e cultura para que todos possam aceder e ter domínio dos mais diferentes repertórios culturais. Como afirma Max Butlen, ao estudar as políticas públicas de leitura, na França do final do século XX, tais “políticas de oferta” limitaram-se a oferecer escritos esquecendo-se, todavia, das demandas dos leitores e das condições concretas que atuam nos processos de apropriação simbólica. Em outras palavras, as lógicas da difusão não obedecem aos mesmos critérios das de apropriação, embora a estas possam estar articuladas. Daí a importância maior das múltiplas formas de mediação (o *sistema de mediações*) que atuam nesse espaço *entre*, dessa *zona de desenvolvimento proximal* (VIGOTSKI) existente entre produção e apropriação cultural.

O mundo contemporâneo com seus novos recursos tecnológicos, seu volume espantoso de produção e distribuição de informações, deixa evidente que o mercado cultural não só assimilou, a seu modo, reivindicações de acesso à informação e à cultura, como gerou dificuldades como o bombardeio informacional. Tal condição não permite responder às aspirações legítimas do que Darras chama de *democratização cultural*, em oposição a antigos e não alcançados objetivos de democracia cultural.

De outro lado, uma questão diferenciada coloca-se também na postulação da mediação cultural como uma categoria teórico-metodológica distinta e fundamental à nossa época. Ao se apresentar como um território especial, a mediação apresenta-se como um elo, capaz de restabelecer diálogos entre os territórios partidos da produção e da recepção, sem contudo subordinar um ao outro, hierarquizá-los ou confundi-los. Ao aprofundar o fosso entre produtores e receptores, entre escritores e leitores, entre criadores e públicos, a modernidade potencializou a fragmentação dos processos culturais, inviabilizando, em inúmeros casos, diálogos entre as esferas mencionadas, ao mesmo tempo que, paradoxalmente, criava instâncias de distribuição simbólica, como bibliotecas, museus, sistemas escolares (e não podemos deixar de lembrar o crescimento extraordinário, desde o século XIX, do aparato técnico de informação e comunicação que acrescentará novos dados à problemática, em especial as mídias contemporâneas).

Se não se pode minimizar a importância histórica dos sistemas culturais criados pela modernidade, por outro lado, a redução de instituições como as mencionadas a aparato que se esgota na distribuição e circulação de signos (em geral, mas nem sempre comprometidos com a ordem social hegemônica), acabou limitando seu papel histórico. Possibilidades de apropriação cultural por seus públicos potenciais foram minimizadas, e não somente as possibilidades do que se convencionou chamar de *não-público*, ou seja, de grandes parcelas da população que sequer se aproxima de tais instituições, quando elas existem, evidentemente- o que nem sempre é o caso, em inúmeros locais do Brasil.

Face às concepções vigentes, mais que instituições concebidas e ordenadas como instâncias de apropriação cultural, que prevêm dinâmicas polifônicas permeando as

relações entre os sujeitos e os objetos culturais, a modernidade desenvolveu dispositivos compromissados com processos de assimilação cultural, fazendo, portanto, da ação mediadora uma forma de intervenção adaptativa dos sujeitos a códigos culturais consagrados. Não é sem razão que mesmo *habitués* muitas vezes não se sintam confortáveis em muitas bibliotecas, museus etc. Muitos relatos de inúmeros sujeitos em situações envolvendo tais instituições referem-se a um sentimento de não pertencimento, que mesmo a frequência regular não consegue eliminar.

O conceito de mediação cultural emerge na contemporaneidade como formulação teórica e metodológica inscrita, portanto, num quadro que reconhece os conflitos, ao mesmo tempo que a necessidade de estabelecimento de elos que viabilizem diálogos necessários à geração de ordens culturais mais democráticas e plurais. Na diversidade que caracteriza o espaço público, sem silenciar conflitos nem vozes discordantes, sem isolar ou impedir a emergência da pluralidade, das tensões que lhes são próprias, a mediação cultural apresenta-se, pois, como um território discursivo, de embates e possibilidades, ao mesmo tempo que de afirmação da esfera pública como instância superior organizadora e legitimadora do campo simbólico.

Os trabalhos apresentados nesta publicação, nas diferenças e perspectivas que lhes são próprias, buscam, cada um a seu modo, enfrentar e expor, portanto, desafios teóricos e práticos que a mediação cultural entendida em tal perspectiva dialógica coloca a todos nós. Com tal publicação, completa-se, assim, um ciclo que, dadas suas características, é ele mesmo prova de que a Universidade, ao assumir riscos como a criação do curso de especialização referido, ao possibilitar um espaço de trocas entre diferentes experiências, foi capaz de se transformar ela própria em instância de mediação cultural, ou seja, em fórum aberto onde alunos não apenas assimilam, mas

produzem e compartilham conhecimento e cultura entre si e *com a polis*.

Por meio da positiva persistência do Prof. Salcedo, o ideal de Universidade Pública reafirma-se. A iniciativa dos colegas da UFPE encerrada com esta publicação aponta, contudo, para novos e instigantes caminhos, nesse momento tão especial de redefinições da sociedade brasileira, em suas diferentes dimensões.

Referências

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. A mediação cultural como categoria autônoma. *Informação & Informação*, Londrina, v. 19, n. 2, p. 01-22, out. 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/2fSHRV>>. Acesso em: 12 Jun. 2015.